

Carreira de Estado

Médicos definirão critérios

Em reunião, no Ministério da Saúde, ficou acertada a possibilidade de profissionais e gestores elaborarem, juntos, proposta contra a precarização do trabalho médico

O Ministério da Saúde (MS) e as três entidades médicas nacionais – Conselho Federal de Medicina (CFM), Associação Médica Brasileira (AMB) e Federação Nacional dos Médicos (Fenam) – poderão trabalhar juntos na elaboração de proposta de carreira de Estado para os profissionais médicos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). A necessidade de realizar um trabalho sobre esse assunto foi uma das conclusões da reunião em 4 de fevereiro, em Brasília, entre representantes do MS e da Comissão Nacional Pró-SUS - Remuneração e Mercado

de Trabalho do Médico.

No I Encontro Nacional de Conselhos de Medicina, em Florianópolis/SC, os presidentes do CFM, da AMB e da Fenam reforçarão, juntos, aos participantes a importância de definir os parâmetros para a proposta. A partir daí, o perfil dessa carreira deve ser definido pelos médicos, o que incluirá aspectos como forma de contratação, infraestrutura de trabalho, carga horária, grau de dedicação e remuneração, entre outros.

De acordo com o 2º vice-presidente do CFM e coordenador da Comissão Pró-SUS, Aloísio Tibiriçá, a criação da carreira de Estado do médico será fundamental para garantir assistência de qualidade, sobretudo em regiões carentes e de difícil provimento, o que foi apontado como um “nó crítico” pelos próprios representantes do MS na reunião. No entanto, segundo Tibiriçá, a proposta não deve se limitar às regiões afastadas,



Diálogo: Ministério da Saúde e entidades médicas trabalharão em conjunto para definir a carreira de Estado da categoria

mas “ser ampliada a partir das discussões”. “Nosso pleito se relaciona diretamente com a luta pelo fim da precarização e da má remuneração do trabalho médico. Esse problema atinge não apenas os municípios do interior, mas até cidades como o Rio de Janeiro, que hoje possui a maior rede federal própria”, pontuou Tibiriçá, referindo-se ao trabalho médico nas unidades do Ministério da Saúde naquele estado. “Trata-se de uma aberração. Os médicos são submetidos a contratos temporários com salários baixos. E é feito um concurso com remuneração de R\$ 2.222, incluídas as gratificações, o que não resolve o problema”, ressaltou.

“Nosso pleito se relaciona diretamente com a luta pelo fim da precarização e da má remuneração do trabalho médico. Esse problema atinge não apenas os municípios do interior, mas até cidades como o Rio de Janeiro, que hoje possui a maior rede federal própria”, pontuou Tibiriçá,

referindo-se ao trabalho médico nas unidades do Ministério da Saúde naquele estado. “Trata-se de uma aberração. Os médicos são submetidos a contratos temporários com salários baixos. E é feito um concurso com remuneração de R\$ 2.222, incluídas as gratificações, o que não resolve o problema”, ressaltou.



Tibiriçá: médicos devem se manter atentos e articulados para cobrar resultados

Na conversa com o assessor especial do Gabinete do Ministro, Adson França, e com a coordenadora de Gestão de Recursos Humanos do Ministério da Saúde, Maria Helena Machado, os representantes das entidades médicas levaram suas principais reivindicações relacionadas ao serviço público de saúde.

Entre os temas apresentados estava a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que

garante o aumento de dotações orçamentárias nos níveis federal, estadual e municipal para o SUS. Os médicos defenderam a aprovação imediata do projeto – que se encontra parado no Congresso.

Outro ponto analisado foi a proposta da Comissão Pró-SUS para a elaboração de um plano de cargos, carreiras e vencimentos (PCCV) para os médicos. O documento, preparado em parceria

Entidades médicas apresentam a pauta da categoria ao MS

com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi entregue ao Ministério da Saúde (MS).

“Os gestores do MS se comprometeram a usá-lo como subsídio para a formulação de propostas já em desenvolvimento”, explicou o representante da Federação Nacional dos Médicos (Fenam) na reunião, Márcio Bichara.

CPHPM – Também houve sinalização positiva no sentido de implantar no âmbito do SUS a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM). De acordo com Florentino de Araújo Cardoso Filho, da Associação Médica Brasileira (AMB), os representantes do MS confirmaram a intenção de iniciar estudos sobre a proposta, defendida pelas entidades profissionais ao longo dos últimos anos.

Segundo Aloísio Tibiriçá, coordenador da Comissão Pró-SUS, os gestores federais também disseram que pretendem solidificar políticas públicas na saúde, hoje definidas em portarias, por meio de leis. Na lista de assuntos que se enquadrariam nesse perfil, estão as políticas nacionais de urgências e emergências, a de assistência farmacêutica e a de recursos humanos

para o SUS. De acordo com Tibiriçá, que considerou a reunião positiva por estabelecer um canal de diálogo entre os médicos e a gestão federal do SUS, elas devem avançar, independentemente das ações legislativas.

Em sua opinião, caberá aos profissionais se manterem atentos e articulados para cobrar os resultados. Até porque, explicou, os porta-vozes do Ministério da Saúde relataram o interesse de trabalhar com as entidades médicas. Da reunião, também participaram os conselheiros do CFM Mauro Ribeiro e Frederico Melo.